

ATA DA 064ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 12 DE AGOSTO DE 2015
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Gabriel Ribeiro - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - Jean Leutprecht - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mario Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Níkolás Reis - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o deputado Leonel Pavan, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que acompanha esta sessão, nestes últimos dias, ocorreram várias reuniões que envolveram as lideranças do PSDB estadual e nacional. Em todas as reuniões foi discutido o momento político que vive o país, a desconfiança da população quanto à classe política. E também passamos a discutir qual a alternativa, a saída para resgatarmos a credibilidade pública, principalmente perante aqueles que estão hoje olhando a classe política com certa desconfiança.

É claro que tudo isso surgiu, deputado Serafim Venzon, pelo momento político que o país passa e os debates que houve entre as lideranças do nosso partido em Santa Catarina e as lideranças nacionais. Estivemos em Brasília, numa conversa muito franca e ampla com o líder do PSDB no Senado federal e na Câmara federal, com o presidenciável Aécio Neves, com o senador José Serra e outras lideranças que têm uma grande importância nas grandes discussões e nos rumos que deveremos tomar.

Acompanhando essa discussão estavam presentes, o deputado Dr. Vicente Caropreso, o presidente do PSDB, deputado Marcos Vieira; o nosso líder na Assembleia Legislativa, deputado Serafim Venzon; bem como também os senadores, Dalírio Beber e Paulo Bauer. E faziam uma análise, o presidente nacional e, especialmente, José Serra, de que se nós não tomarmos uma posição mais firme, se nós não encamparmos, se nós não formos os líderes de um movimento para que possamos resgatar a credibilidade e mostrar um projeto para colocar o Brasil, novamente, nos trilhos, certamente, a população irá nos cobrar. O que diz a população? Que a Oposição é fraca. Que a Oposição não assume as rédeas. Que a oposição está deixando passar despercebido tudo o que está acontecendo. Não é verdade! A Oposição tem tomado posições duras e claras, posições que podem até orientar o governo o caminho a seguir para que, realmente, resgatarmos a credibilidade.

A Oposição tem feito o seu papel, conforme nós temos seguidamente conversado, mas quando o debate é público a mídia diz que estamos trocando farpas, acusações. Não, a Oposição não está trocando farpas nem acusações, estamos acompanhando um processo todo que vem sendo esclarecido pelo judiciário brasileiro, ou seja, pela Polícia Federal, pela Justiça Federal, pelo Tribunal de Contas da União, que também estão levantando assuntos que de repente virão à tona e serão amplamente debatidos pelo Supremo Tribunal Federal, Ministério Público e pelo próprio Congresso.

E esses temas que estão sendo levantados são fundamentais, primeiramente para passarmos o Brasil a limpo; em segundo lugar, para começar a recuperar a credibilidade da opinião pública, passar a fazer com que os órgãos públicos possam mostrar realmente porque estão instalados. O momento é delicado, faz com que toda a classe política, seja da Oposição ou da Situação, muitas vezes, acabem sendo acusadas e criando certa desconfiança na opinião popular.

José Serra esteve presente na segunda-feira aqui em Florianópolis e falou dos seus projetos, inclusive um deles é fundamental para recuperar a nossa grande estatal, a nossa companhia que orgulha a nossa pátria, o nosso Brasil, que é a nossa Petrobras, que atualmente vem sendo manchada, prejudicada, enfraquecida pelos desmandos que ocorreram e pelos desvios enormes levantados por CPIs e pela própria Justiça.

E o senador José Serra fala de algumas modificações de um projeto que fará com que a Petrobras possa resgatar toda a sua credibilidade e levantar toda sua economia. Esse projeto está conosco, é importante, e nós iremos, no futuro, dar conhecimento à população. É um projeto que precisa de aprovação do Congresso Nacional, não será fácil passar um projeto dessa natureza, mas segundo o referido senador, se esse projeto for aprovado, dará segurança maior e levantará novamente a autoestima dessa importante instituição brasileira.

Também quero aqui reafirmar que a classe política precisa tomar posição, independentemente de onde está, do estado que for, do município que for e, principalmente, do governo federal. Nós acabamos, de repente, sendo todos tomados de surpresa pelas notícias e acontecimentos ruins que ocorreram e tudo isso acaba recaindo na política. E nem todos, felizmente, estão nesse processo que está sendo altamente comentado negativamente com a população brasileira.

Mas o envolvimento de alguns da classe empresarial, que muitas vezes alguns se colocam como os detentores da lisura, de toda uma honra e

que muitas vezes nós a levamos como sendo verdadeiros, muitos desses que nós confiávamos acabaram entrando no processo judicial e alguns deles estão presos e estes não são da classe política. Na verdade, a Justiça que está atuando não está vendo se é político ou empresário, se tem poder ou não, agora está olhando se cometeu ou não os crimes e, certamente, eles irão pagar por isso.

Assim, fica aqui esse meu pronunciamento lamentando que, às vezes, todos sejam jogados na vala comum em função de alguns desvios de algumas pessoas, sejam políticas ou empresários, e que certamente esses que cometem os desvios terão que pagar e, claro, cumprir rigorosamente a lei e pagar na Justiça.

Portanto, esse é o meu registro e também iria falar sobre o ITV, mas não chegou a tempo de eu fazer e ler o projeto de José Serra sobre a Petrobras. Nesse pronunciamento quero chamar a atenção para uma posição, seguir um caminho mais tranquilo, atendendo às necessidades populares, porque há uma descrença muito grande na sociedade em relação ao político e nós precisamos recuperar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra por até dez minutos o deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, gostaria, inicialmente, de saudar o ex-vereador de Brusque o sr. Arno Michei; também o prefeito de Bom Jardim da Serra, prefeito Edelvanio Nunes Topanoti; o empresário Silvio Noronha, o professor Marcelo Santino e, em nome deles, saudar tantos catarinenses que estão aqui nas galerias desta Casa, que estão nos gabinetes, enfim, àqueles que acompanham esta sessão no dia de hoje.

Gostaria de saudar o defensor-geral do estado de Santa Catarina, o presidente da Defensoria Pública que, inclusive, foi nosso deputado.

A Defensoria Pública de Santa Catarina que está sendo implantada gradativamente, um pouco por uma exigência constitucional, mas principalmente

também pela vontade do governo do estado de ajudar a fazer valer os direitos das pessoas que não têm como pagar o seu processo judicial para buscar alguns direitos.

Fiz essa visita à Defensoria Pública de Santa Catarina para destacar que o grau de insuficiência das pessoas é relativo. E por isso, que a Defensoria Pública e, esperamos, depois, atendendo a exigências constitucionais possamos implantá-la nas diversas regiões de Santa Catarina para termos o prisma do olhar que precisa ser diferenciado.

Por exemplo, se o cidadão busca o direito de melhorar a sua aposentadoria, de buscar a sua aposentadoria, é frequente encontrar um jurista, um advogado que o ajude a buscar aquele direito. E por quê? Porque lá no final do processo ele vai ganhar em espécie algum valor e, por isso, aquele profissional que vai encaminhar o processo pode obter os seus honorários porque o cidadão que buscou o seu direito tem o numerário ao final.

Mas esse mesmo cidadão, ao invés de estar pedindo um direito da aposentadoria, ele poderia estar pedindo um direito a um procedimento médico, a uma cirurgia que custe num hospital particular, para não exagerar valores, de R\$ 10 mil a R\$ 15 mil. Isso em cirurgias corriqueiras. Mas ele não tem isso.

Ora, ao final do processo o que esse cidadão vai ganhar? A cirurgia sem gastar nada! Ou seja, para ele pagar os 20% como normalmente o advogado poderia estar cobrando no processo, ele não ganhou R\$ 10 mil, ganhou uma cirurgia, que ainda o deixa incapaz por algum tempo até que se recupere para trabalhar.

Por isso, o mesmo cidadão poderia estar buscando na Defensoria Pública seus direitos num processo de separação matrimonial. E ao final, ele ganha o processo de separação, os dois ficam independentes, solteiros novamente. E não gastaram nada! E não têm como pagar o advogado. O mais interessante é que se ele ficasse devendo para o advogado seria só mais um devedor que teríamos em Santa Catarina, no Brasil. Mas o advogado sabendo

da evolução natural, evidentemente que nem vai começar o processo.

Então, dependendo qual o tipo de direito que a pessoa precisa, talvez 50% da população catarinense seja insuficiente do ponto de vista financeiro para conseguir obter os seus direitos. Então, é muito importante estarmos implantando a Defensoria Pública. Isso tem um custo? Como tem um custo todos os juizes, desembargadores, promotores! Mas muito pior seria para a sociedade sem eles, sem essa estrutura jurídica que temos, justamente para que todas as pessoas possam ter acesso aos seus direitos, àqueles que têm recursos e podem pagar, ou que têm onde buscar e por isso vão pagar por seus direitos? E aqueles que não têm, com ficam? Então, por isso, o estado está implantando a Defensoria Pública.

Ocorre que a Defensoria Pública também precisa ser incrementada e quem sabe alcançar o número de defensores públicos ou o número de defensorias públicas igual ao número de comarcas. Não faz vinte dias que visitei a comarca, o juiz diretor do fórum de São João Batista. E ele dizia o quanto isso é importante, porque inúmeras vezes está à frente dele um cidadão que, não podendo pagar um advogado para defender seus direitos, o advogado da outra parte impõe no processo um conjunto de exigências, e se não tiver o contraponto o juiz vai julgar apenas o pedido de um lado e o outro fica prejudicado. E às vezes o juiz se sente constrangido de dar uma pena àquele cidadão que não conseguiu levar um advogado para defendê-lo. Mas o que fazer? Inúmeras vezes o juiz tem que chamar um advogado da cidade e pedir por favor que defenda aquele cidadão para depois, sim, poder fazer a análise de todo conjunto e dar o veredito final.

Por isso, apresentei um projeto de lei que estabelece o seguinte:

(Passa a ler.)

"A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional ao estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático,

fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º da Constituição Federal.

São princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, indivisibilidade e a independência funcional, aplicando-se também, no que couber, o disposto no art. 93 do inciso II, do art. 96, da Constituição Federal.

O número de defensores públicos na unidade jurisdicional será proporcional à efetiva demanda pelo serviço da Defensoria pública e a respectiva população.

Assim sendo, no prazo de 8 (oito) anos o estado de Santa Catarina contará com defensores públicos em todas as unidades jurisdicionais, observando o disposto no *caput* desse artigo." [sic]

E lembrando, sr. presidente, que Santa Catarina tem 111 comarcas. E nos teríamos que ter, no mínimo, um defensor em cada comarca. Hoje nós só temos defensores públicos, ainda em números insuficientes, como por exemplo, em Brusque tem dois para atender uma regional toda de mais de 200 mil habitantes, evidente que isso é insuficiente, mas mesmo assim, teríamos que ter pelo menos uma equipe de defensores públicos em cada comarca, que contamos com 111, e hoje, só temos 24.

Por isso, peço o apoio aos nobres pares para conseguirmos implantar a Defensoria Pública em todas as comarcas de Santa Catarina.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O sr. Deputado Natalino Lázare - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. DEPUTADO (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Natalino Lázare.

O SR. DEPUTADO NATALINO LÁZARE - Muito obrigado, sr. presidente, apenas para fazer novamente o registro interessante que o nosso colega funcionário da Assembleia Legislativa,

Lucas André Ferrari, que anteontem obteve o quinto lugar nos jogos Pan-Americanos, em salto a distância, ontem ele ganhou a medalha de prata nos 100 metros rasos, tornando-se, portanto, o segundo homem das Américas em velocidade. Oxalá essa velocidade nos contamine a todos nós para encontrarmos de maneira muito rápida a solução para esse nosso querido país.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, acompanhava o depoimento do deputado Serafim Venzon a respeito da Defensoria Pública, e nós sempre sabemos que teríamos uma dificuldade de implantação porque não é um defensor só, é uma estrutura, um prédio, funcionários, servidores, veículos e infraestrutura.

Nós tínhamos um sistema em Santa Catarina que os tribunais não aceitaram o Supremo Tribunal Federal entendendo que deveria ter a implantação de Defensoria Pública, mas aquele sistema, com convênio com a OAB, valorizava os profissionais da advocacia, havia profissionais em todos os municípios de Santa Catarina e não precisava dessa estrutura que foi montada.

Então, como advogado, venho acompanhando essa estrutura da dificuldade das pessoas em ter o seu defensor, não apenas nas questões penais, mas principalmente nas questões de família, nas questões dos direitos e garantias individuais. Sempre fui defensor de que aquele sistema que Santa Catarina tinha era o melhor, pois vai demorar, com a necessidade que temos, para colocar mais policiais, mais médicos, para valorizar o professor e com a folha de pagamento hoje chegando a 50% da arrecadação do estado. Nós vamos ter dificuldade de dar esse direito básico do cidadão que é de ter o direito garantido à Justiça através da defensoria.

Infelizmente, hoje se fizesse um curso para 500 defensores em Santa Catarina com um salário de

carreira jurídica, como a Constituição estabelece, igual ao de juiz, promotor, nós, ainda assim, com 500 novos defensores, não iríamos atender à demanda de toda a população do estado de Santa Catarina. E junto com o defensor vem o técnico, o assistente, o auxiliar, ou seja, vem uma estrutura muito grande.

E claro, se espera a obrigação dos homens públicos do Executivo dar esse prosseguimento que esperamos um dia chegar. Os defensores públicos federais no estado, se não me engano, são oito ou 12 defensores. Assim, não podemos cobrar de um estado, que tinha uma Defensoria com quase dez mil advogados atuando, que agora, de um dia para outro, consiga fazer uma implementação que atenda toda a demanda. Mas é necessário, foi uma decisão da Justiça, tem que cumprir dessa forma, e toda aquela demanda que já estava lá reprimida hoje não pode ser assumida pelo número de defensores públicos que temos no estado de Santa Catarina.

Há que ocorrer esse avanço, sim, pois queremos os nossos direitos assegurados: Justiça, Segurança, Educação. E por essa dificuldade eu entendia que nós não tínhamos que montar mais uma estrutura administrativa num estado que tem o Ministério Público e que tinha a defesa de seu cidadão no sistema de Defensoria Pública gratuita pela OAB, ou seja, não era gratuita, porque o governo do estado pagava aos advogados de acordo com que era estabelecido pelo juiz em cada ação e esse profissional fazia a defesa.

Então, o cidadão tinha, sim, o direito à Defensoria Pública gratuita por um profissional e, muitas vezes, ele podia escolher, porque numa comarca muitos profissionais prestavam serviço de Defensoria Dativa e hoje, o mesmo defensor acaba sendo sobrecarregado com ações cíveis, de família, criminais, enfim, com uma demanda grande e muito difícil de ser atendido por um profissional. Mas é um serviço que foi aprovado, é um serviço que tem que ser implementado e que gradativamente temos, sim, que encontrar forma de atender toda a população.

Assim, tenho estudado nos últimos dias um assunto que muito me preocupa, inclusive por termos participado em Balneário Camboriú, na Associação dos Moradores do Bairro das Nações, de uma audiência pública sobre saúde, e estava fazendo mais uma leitura e imaginando que com todo esse avanço tecnológico temos que encontrar, sim, uma solução para marcação de consultas nos postos de saúde, nos postos de atendimento.

É inadmissível que estejamos usando um sistema de 80 anos atrás, onde as pessoas tem que ir às 3 horas ou 4 horas da manhã para a fila do posto de saúde e ficar lá esperando até conseguir uma ficha, e muitas vezes não conseguindo.

E as pessoas dando um jeito de um marcar lugar para o outro, para que o outro possa chegar em cima da hora e tentar conseguir uma ficha, isso com frio, com chuva, e a pessoa muitas vezes doente.

Temos que encontrar uma solução em que, nesse mundo universalizado pela informática, o cidadão possa, pela *internet*, pelo seu telefone, ter um programa, ter um acesso para que possa ser atendido sem precisar passar a madrugada na fila. O que é emergencial a pessoa tem que ir ao pronto socorro, tem que procurar uma UPA; quando é uma consulta clínica, a pessoa vai entrar em contato e não precisa ir lá de madrugada, pois tem o seu agendamento feito e, que na véspera do atendimento alguém ligue e confirme a presença da pessoa na consulta, confirme o atendimento. E, como ocorre nas instituições privadas, se você quer marcar até com o seu próprio dentista, às vezes você liga e não se consegue marcar no primeiro dia, a secretária vai dizer qual dia tem vaga na agenda, e então a pessoa vai ver o melhor horário, vai definir, e sabe que naquele dia será atendida.

Então, a consulta clínica pode funcionar por um sistema de agendamento que não faça com que a pessoa tenha que ir 3 horas ou 4 horas da manhã, debaixo de chuva, para a porta de um posto de saúde e conseguir marcar a consulta. Isso é um absurdo!

Nós estamos em 2015 e parece que estamos na idade média nessa questão do sistema de atendimento de saúde, com a falta de médicos, com a falta de infraestrutura como um todo. Mas nestas coisas básicas tem-se que encontrar uma solução.

Não se pode submeter o cidadão a este sacrifício, a esta demanda. E claro, depois com controle, se o cidadão não vier na consulta, que ele seja contatado. Isso ocorre em todas as áreas, isso é possível.

Eu falava com os médicos do atendimento, com o dr. Élcio Kuhnen, secretário da Saúde de Balneário Camboriú, mesmo as pessoas que às vezes vão às 3 horas da manhã para a fila, por algum fato ou outro, acabam faltando na consulta que ficou marcada.

Isso vai acontecer! Aí tem que adotar as providências, ter o controle, ver quem faltou, por que faltou, para que o sistema funcione.

Mas é inadmissível que, na época em que vivemos, o cidadão, idoso e doente, tenha que ir às 3 horas ou 4 horas da manhã para a fila tentar conseguir uma consulta médica.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feita a manifestação do deputado Maurício Eskudlark, o próximo orador inscrito é o sr. deputado Dirceu Dresch, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Quero saudar o presidente, todos os srs. deputados e as sras. deputadas, todos que nos acompanham e nos visitam.

Eu quero trazer, hoje, sr. presidente, uma informação e um momento de comemoração, também, sobre dois temas que eu considero fundamental.

Primeiramente, semana passada houve uma comemoração importante no país pela passagem de dois anos do programa Mais Médicos.

Eu também quero trazer aqui presente de que o dia de ontem foi um dia bastante importante para nós todos, porque comemoramos o Dia do Estudante. E eu quero fazer uma homenagem especial a toda esta população brasileira, a esses nossos jovens,

especialmente a todos que são estudantes, de qualquer idade, neste nosso querido Brasil.

(Passa a ler.)

“Primeiramente quero para falar sobre essa tão criticada ação da Dilma Rousseff quando criou no Brasil, há exatos dois anos, a Medida Provisória n. 621, que institui o Programa Mais Médicos, criado para enfrentar o problema histórico da falta de médicos no Brasil e principalmente nas que o serviço público de atendimento à saúde funcione. Hoje o programa está presente em mais de 70% das cidades brasileiras, garantindo assistência à saúde para 63 milhões de pessoas. No total são 18.240 médicos em 4.058 municípios. Em Santa Catarina são 571 profissionais do programa trabalhando em 251 municípios.

Destaco a importância dos médicos cubanos que somam 11.429 profissionais com um atendimento mais humanizado. Esses médicos tem recebido o reconhecimento da população brasileira. Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais com população atendida pelos profissionais vindos de Cuba revelou que 90% dos entrevistados elogiaram a atenção e a qualidade do atendimento. Já entre os profissionais brasileiros que estão no programa, 93% estão satisfeitos ou muito satisfeitos com a participação no Programa Mais Médicos.

Paralelo a isso, o governo federal também quer ampliar a formação de médicos no Brasil para suprir o *déficit* existente nos municípios vai ampliar oferta de vagas de graduação. O governo federal quer criar em 2017 11,5 mil novas vagas de graduação em Medicina e mais 12 mil de residência médica até 2018. Em Santa Catarina teremos o curso de Medicina da Universidade Federal da Fronteira Sul iniciando neste semestre oferece 40 vagas.

Também já foi publicada a portaria para a contratação de mais 880 médicos professores para faculdades que abriram ou expandiram cursos de Medicina desde a criação do Programa Mais Médicos. Dessas vagas para professores 40 foram destinadas à Universidade Federal de Santa Catarina, o que vai viabilizar a implementação dos cursos de Medicina nos campus de Curitiba, no planalto

serrano, em Araranguá, e no Sul do estado. O governo federal também autorizou a abertura de 2.290 vagas em 36 novos cursos de Medicina em instituições particulares. Em Santa Catarina uma instituição privada de Jaraguá do Sul vai passar a ofertar o curso de Medicina.”

Então, essa é uma importante conquista para a população brasileira, especialmente de baixa renda, pois temos também esse serviço em regiões mais distantes como norte e nordeste do Brasil. Em regiões em Santa Catarina também, que sempre tiveram uma grande dificuldade como é o caso do oeste, com médicos atendendo no serviço público.

Outro tema que entendo extremamente importante é a educação, e tenho dedicado boa parte do meu trabalho a essa questão.

(Continua lendo.)

“Ontem, dia 11 de agosto, comemoramos o Dia do Estudante. Nos últimos 12 anos o Brasil viu os investimentos em educação mais do que duplicarem. Em 2002, o orçamento do setor era de R\$ 18 bilhões, em 2014, chegou a R\$ 115,7 bilhões, um crescimento real de 218%.

Temos muito a fazer ainda, mas os avanços na área da educação foram enormes e inegáveis em todo o território brasileiro, e em especial no interior dos estados. O governo do PT levou para a universidade 7,2 milhões de alunos, enquanto a elite brasileira levou 100 anos para colocar menos da metade desse número de alunos nos bancos universitários.

O governo Dilma Rousseff manteve e ampliou os programas iniciados no governo Lula, como o ProUni, que hoje atende 1,4 milhões de um total de 7,1 milhões de universitários brasileiros. Melhoramos o Fies e a política de cotas. Nesse período, foi criado o Plano Nacional da Educação, que estabelece como meta aplicar 10% do PIB na educação.

Uma nação que pensa o futuro foca na educação. Os recursos da camada de petróleo, da camada pré-sal já estão sendo usados para financiar a educação pública de qualidade. Por isso, somos contra o projeto do senador José Serra, que muda

as regras de exploração do petróleo, diminuindo a participação da Petrobras nos campos do pré-sal. Se aprovado, Serra vai entrar para a história como o senador que tirou da educação R\$ 24 bilhões em investimentos por ano, ou R\$ 360 bilhões nos próximos 15 anos.

O PT pensa a educação em outro patamar e, por isso, criou 18 novas universidades e 171 novos campus universitários. Criamos a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), com sede em Chapecó depois de 50 anos de espera e levamos a UFSC para Joinville, Curitibanos, Araranguá.”

Por isso, entendemos a comemoração do Mais Médicos, da ampliação das universidades para Joinville, Curitibanos, Araranguá e Blumenau e da retomada do investimento ao acesso público e gratuito em Santa Catarina através da criação dos institutos federais. Havia apenas três institutos técnicos e profissionalizantes neste estado e hoje há 22 deles. Isso com certeza fez com que o número dos estudantes em universidades saltasse de 500 mil em 2002 para 7,3 milhões hoje.

Esse é um registro de muita alegria. Traz muita satisfação ver o filho de um agricultor, de um trabalhador assalariado virar doutor. Vi o filho de um agricultor em Joaçaba, poucos dias atrás, através do Ciências Sem Fronteiras, indo para fora do país, estudar nos Estados Unidos. Então, comemoramos o Dia do Estudante muito mais com essa expectativa positiva da juventude nesse processo.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero parabenizar v.exa. pelo pronunciamento que faz e registrar a presença do líder da Câmara de Araranguá, Roni da Silva, que faz um belo trabalho naquele município, e do comandante do Corpo de Bombeiros de Araranguá, Vinicius Marcolin, que também nos visita, sempre trabalhando em defesa da corporação e da cidade. É uma honra tê-los conosco nesta tarde, e desejamos muito sucesso.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Faço questão de registrar também a presença do presidente da Câmara de Araranguá, bem como do comandante do Corpo de Bombeiros do município. Quero aproveitar para cumprimentar o prefeito de Araranguá que esteve presente na audiência pública na semana passada. Araranguá é um município também beneficiado com uma universidade federal, e se não me engano tem agora o curso de Medicina. Com certeza é importante fazer esse registro e a região deve comemorar essas grandes conquistas tanto do Mais Médicos, como a ampliação extraordinária dos cursos superiores neste estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos ao horário reservado aos partidos políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Gean Loureiro, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, venho a esta tribuna para abordar dois temas.

Inicialmente quero fazer um relato na condição de Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente, da audiência pública realizada na última quinta-feira, no município de Jaguaruna, junto à Câmara de Vereadores daquele município, fruto do requerimento de minha autoria, que teve como objetivo discutir a implementação do Plano de Gerenciamento Costeiro daquele município, em função da insegurança jurídica gerada a todos os moradores, veranistas, daquele balneário e, mais do que isso, das possíveis ações a serem promovidas pelo Ministério Público Federal em função da clandestinidade das residências e dos empreendimentos lá construídos. Tivemos um primeiro debate no final do mês de maio, na comissão de Turismo e Meio Ambiente, na Assembleia Legislativa, com a presença de quase 200 participantes, lideranças políticas de todo o sul de Santa Catarina, de maneira especial, dos deputados do sul de Santa Catarina.

E, naquela oportunidade, chegou-se a um acordo através do Procurador da República, Daniel Ricken, de não ingressar com as ações e, sim, buscar um consenso, mediante um estudo que tinha sido contratado através do professor, doutor Nelson Gruber, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que fazia todo o estudo geológico da área para implementação do Plano de Gerenciamento Costeiro. Isso que vem sendo debatido, discutido e realizado, através da secretaria de Estado do Planejamento.

Ato contínuo, foi deliberado que iríamos realizar uma reunião *in loco* no município de Jaguaruna. Na última quinta-feira, lá estivemos com a presença de todos os 11 vereadores do município de Jaguaruna, do prefeito, com a representação do ICMBio, representação da Fatma, com o procurador da República presente, com sete deputados estaduais do sul do estado, a bancada presente em massa, participamos daquele trabalho e tivemos um resultado muito positivo. Primeiro, porque o professor Nelson Gruber falou do avanço dos estudos geológicos existentes e do compromisso de entregar, no final de agosto, todo o levantamento, o mapa geológico da região. E com esse mapeamento, obviamente, vai permitir que o Ministério Público Federal possa fazer os estudos e buscar o acordo com as partes interessadas.

Após essa conclusão, o Ministério Público Federal assumiu o compromisso de não buscar na sede do Ministério Público Federal, em Santa Catarina, técnicos que pudessem ajudar e, sim, através da APA da baleia franca, representado pelo integrante do ICMBio, que convive no dia a dia daquela região. Ter, obviamente, o apoio técnico do Ministério Público Federal e um compromisso de dividir todo o município de Jaguaruna em várias regiões e buscar o consenso em cada região, tentando definir as ações que serão realizadas pelo governo, pela prefeitura, pelos proprietários. Entendemos que é possível, sim, preservar aquela região, mas buscar uma regularização fundiária de todos os moradores e veranistas que lá estão.

Por isso, quero agradecer aos participantes da comissão, pois o resultado foi altamente positivo e permite que cada vez mais nós possamos buscar a conciliação e não o conflito judicial. E naqueles pontos que não se consegue a conciliação, buscar-se-á a tutela judicial através do judiciário para definir quais as ações concretas e termos uma definição completa das ações voltadas à região de Jaguaruna, sem traumas, que se aguardava há muito tempo.

A intervenção da comissão de Turismo e Meio Ambiente foi muito importante e positivo, nesse sentido quero agradecer a todos os deputados do sul do estado, como os deputados Ricardo Guidi, Luiz Fernando Vampiro, José Milton Scheffer, José Nei Ascari, Rodrigo Minotto, Valmir Comin e muitos parlamentares que lá estiveram e participaram ativamente de todas as discussões.

Quero aproveitar e falar do sistema cicloviário do estado de Santa Catarina. Esta Casa teve a oportunidade de debater uma proposta à época do deputado Renato Hinnig, o Projeto de Lei n. 304/2013, que trazia temas de debates da instituição do sistema cicloviário catarinense. Essa matéria no final de 2013 teve um amplo debate com as entidades que entendiam que a matéria deveria ser aperfeiçoada através de um substitutivo global contemplando a ideia de todas elas.

O referido projeto acabou sendo arquivado e eu na condição de presidente da Frente Parlamentar de Mobilidade Urbana da Grande Florianópolis fui procurado pelas entidades que querem reiniciar o debate com a proposição de um novo projeto acatando a proposta, à época, do substitutivo global, que acabou não sendo contemplado, para que possa ouvir todas as entidades. E no final de setembro quando teremos as grandes comemorações, como a Semana do Trânsito, a Semana da Mobilidade Urbana, o Dia Sem Carro, poderemos ter um amplo debate sobre o tema, aperfeiçoar e definir critérios legais de toda a estrutura do sistema cicloviário.

Hoje temos o Código Brasileiro de Trânsito, a legislação federal que trata da Política Nacional de Mobilidade Urbana e a lei de Mobilidade Urbana não motorizada, entretanto, é necessário que o estado de Santa Catarina defina um marco legal para a implementação contínua das cicloviarias em Santa Catarina, com critérios estabelecidos como o próprio local dos bicicletários, que muitos não seguem as normas estabelecidas, trazendo danos aos equipamentos dos ciclistas; a possibilidade de uma educação no trânsito voltada à inclusão dos ciclistas nesse tema; e muito mais do que isso, que as rotas das cicloviarias sejam interligadas, pois hoje ninguém utiliza ciclovia que começa e termina não ligando a nada, atrapalhando mais os locais de estacionamentos.

Portanto, é uma etapa a ser vencida e, hoje, as obras que estão sendo implementadas, como as revitalizações feitas na gestão do prefeito Dário Berger em Florianópolis sobre as cicloviarias tanto na avenida Pequeno Príncipe, no Campeche, e na SC-403, em Ingleses, foi o período de grande ascensão de números de cicloviarias e ciclofaixas na capital, entretanto, é preciso avançar muito mais ainda.

Temos, hoje, uma demonstração que a capital federal, Brasília, e São Paulo, são as cidades que mais cresceram proporcionalmente o número de cicloviarias. E há um aumento considerado do número de ciclistas as utilizando, não apenas como lazer, esporte, mas como meio de transporte. Isso nós queremos discutir amplamente nesta Casa, apresentando a proposta que é oriunda do debate de todas as entidades voltadas ao ciclismo e, obviamente, a União Brasileira de Ciclistas vem dando subsídios para isso e realizando um trabalho muito importante diante de toda a estrutura de nosso estado.

Assim, nesse sentido, vamos apresentar a proposição esperamos um amplo debate e que mais um modal de transporte, que é a bicicleta, possa ter integração voltada a toda estrutura de mobilidade urbana interligada com condições e segurança, bem como uma política definida sobre o tema.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados.

Nós, os deputados estaduais representando o planalto norte, tivemos ontem a visita do prefeito de São Bento do Sul, Fernando Tureck, prefeito que vem para Florianópolis buscar as suas reivindicações para o seu município para melhorarmos o crescimento, o desenvolvimento do planalto norte.

Temos certeza que na sua reivindicação maior, que é a quimioterapia de São Bento, está prestes a funcionar, bastando apenas os acertos finais do Hospital e Maternidade de São Bento do Sul para que o hospital regularize junto à prefeitura os acertos finais.

Portanto, com certeza, nesse final de mês, haverá o início do trabalho da quimioterapia em São Bento do Sul. Depende do quê? Depende do acerto do hospital com a prefeitura.

Penso que o governo do estado cumpriu com sua missão. O governo do estado colocou recursos na maternidade, deu condições para que a quimioterapia acontecesse em São Bento do Sul. Temos certeza que o nosso secretário, João Paulo Kleinünbing, irá inaugurar essa quimioterapia tão difícil de São Bento do Sul.

Então, está na mão do hospital para os acertos finais para o funcionamento da quimioterapia.

Quero também falar sobre a importante reunião da Assembleia Legislativa com o presidente da comissão de Educação Valdir Cobalchini na cidade de Canoinhas. Uma reunião importante com mais de 100 professores. Fizemos com que o debate estivesse presente, fizemos com que as pessoas emitissem suas opiniões sobre o Plano Estadual de Educação para que possamos aperfeiçoá-lo cada vez mais. E chegando agora da secretaria da Educação também quero falar sobre esse importante tema que é o trabalho infantil.

O trabalho infantil está sendo colocado em pauta para que a educação se manifeste a respeito no estado de Santa Catarina. E por que isso? Por que nós temos o quarto pior índice. E só estão em nossa frente quatro estados. Nós somos o quarto pior estado da federação em trabalho infantil. Precisamos mudar esse lugar que denigre a imagem da criança no estado de Santa Catarina. Trabalho infantil tem suas prerrogativas. Na lei e no decreto da organização internacional do trabalho está escrito: até aos 18 anos de idade fica proibido o trabalho infantil.

Ora, nós temos que saber que as empresas hoje oferecem o trabalho para os adolescentes e as crianças de 15 a 16 anos para que cumpram na sua empresa. Essa lei há necessidade de maior fiscalização por parte do Ministério do Trabalho.

Portanto, amanhã, na Assembleia Legislativa, estará aqui a desembargadora representando o Ministério do Trabalho que fará importante pronunciamento a respeito do trabalho infantil.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra a sra. deputada Luciane Carminatti, por até sete minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Cumprimento o sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas e todos que acompanham esta sessão.

(Passa a ler.)

"A História não se repetirá.

A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobras e mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobras foi obstaculada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre."

24 de Agosto de 1954 - Documento endereçado ao povo brasileiro escrito por Getúlio Vargas horas antes de seu suicídio.

(Continua lendo.)

"A democracia que eles desejam impingir-nos é a democracia antipovo, do anti-sindicato, da anti-reforma, ou seja, aquela que melhor atende aos interesses dos grupos a que eles servem ou representam.

A democracia que eles querem é a democracia para liquidar com a Petrobras; é a democracia dos monopólios privados, nacionais e internacionais, é a democracia que luta contra os governos populares e que levou Getúlio Vargas ao supremo sacrifício."

13 de março de 1964, discurso do presidente João Goulart antes do golpe militar.

(Continua lendo.)

"Ambos registros históricos pinçados do testamento e discurso dos ex-presidentes do Brasil relatam semelhanças com o atual momento da conjuntura do país.

As bases que aterrorizaram tais governos e presidentes citados permanecem na atualidade. O preconceito de classe de uma parcela da nossa elite, que considera um abuso os avanços progressistas que governos populares pleiteiam ou solidificam nos espaços da nossa República, seja no universo do trabalho ou nos direitos sociais, teimosamente permanecem.

Os grupos que agem em campanhas subterrâneas contra governos que prezam minimamente pela soberania e cidadania, que são democraticamente eleitos, têm como característica a desestabilização política e econômica de um país, tendo sempre em vista seus interesses particulares."

Vamos lembrar também da crise de 99, quando o presidente Lula defendeu a permanência de Fernando Henrique Cardoso no governo, mesmo com a grande recessão econômica. Lula pregou respeito ao resultado das urnas, pois foi uma decisão soberana do povo e pediu que a sociedade se mobilizasse para tentar mudar a política econômica.

Na época, Lula respondeu que era contrário à medida, pois Fernando Henrique Cardoso tinha vinte e poucos dias de mandato e não era correto achar que toda vez que um governante começa com o pé esquerdo ou tem graves dificuldades de gestão a solução é a troca imediata.

(Continua lendo.)

A crise atual que foi construída cotidianamente pelos opositores não esconde o objetivo golpista e a total falta de responsabilidade com o povo brasileiro.

É curioso que ambos os registros históricos, de Vargas e Goulart, trazem semelhanças no foco dos ataques dessa inescrupulosa elite golpista, o ataque à Petrobras, estatal do povo brasileiro que está para além de uma empresa, mas uma verdadeira nação amiga, que tem o obscurantismo entreguista como pano de fundo.

Graças à Petrobras o Brasil é um dos maiores produtores de petróleo do mundo. A estatal sozinha corresponde atualmente a 10% do nosso PIB. A legislação aprovada pelos governos populares de Lula e Dilma, que criou as regras soberanas para a exploração do pré-sal e o fundo que destina parte dos lucros para a Educação e Saúde, se transformou em ira dos nossos adversários.

Não à toa que temos senadores que desavergonhadamente estão correndo o país para legitimar projetos de lei com o objetivo de entregar o nosso maior patrimônio, aproveitando carona neste momento de crise política financiada e patrocinada por eles.

Mas quero lembrar a esses desavergonhados senadores que não temos memória curta, os números atuais da nossa Estatal, se comparados com outras épocas, são extraordinários:

Investimento em Exploração e Produção

2002 (Fernando Henrique Cardoso): U\$\$ 3,6 bilhões;

2013 (Lula e Dilma): U\$\$ 27,7 bilhões.

Reservas Provadas

2002 (Fernando Henrique Cardoso): 11 bilhões de barris;

2015 (Lula e Dilma): 16,6 bilhões de barris.

Produção Diária

2002: 1,5 milhão de barris;

2015: 3 milhões de barris.

Reservas do Pré-Sal

2002: Nada, zero, não havia pré-sal;

2015: 22 bilhões de barris.

Esses números desmascaram qualquer visita de políticos entreguistas em qualquer estado da nação brasileira. Não por acaso as vaias serão suas maiores recepções.

Outra semelhança é o seletivo ataque moral a partidos e a governos que definitivamente combatem a corrupção em sua raiz. Os corruptos e corruptores nunca foram alvo de tantas investigações, coisa que em governos anteriores os indícios e as suspeitas eram engavetados.

A diferença dos registros dos discursos e testamentos apresentados aqui podem estar em alguns elementos da história. Estamos em épocas diferentes, vivemos na era da comunicação instantânea e indiscutivelmente a mentira está cada vez de perna mais curta.

Outro elemento é a capilaridade social dos lutadores do povo, bem maior que em outras épocas, somos trabalhadores e trabalhadoras que criaram consciência nesse Brasil afora. Somos do movimento, da gestão, do parlamento, do executivo, da universidade e do chão de fábrica, estamos em todos os espaços e jamais deixaremos que qualquer sopro conservador e golpista alcance a nossa sólida democracia."

Por último, quero dizer que um bom exemplo da resistência e da consciência histórica é o que acontece no dia de hoje em Brasília, 70 mil mulheres, 70 mil margaridas, como assim se chamam na Marcha das Margaridas, em apoio à democracia.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Eu gostaria de anunciar a presença na Assembleia Legislativa do prefeito municipal de Canoinhas, Luiz Alberto Rincoski Faria, juntamente com o secretário de Desenvolvimento Econômico do município de Canoinhas, Edmilson Verka, e também das nossas rainhas e princesas.

Na oportunidade, convidamos a comunidade para a Fesmate, que será realizada nos dias 11 e 12 de setembro no município de Canoinhas.

Obrigado pela presença. Após o horário regimental os representantes da Fesmate subirão à tribuna para fazer o grande convite para o estado de Santa Catarina.

Obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feita a manifestação do deputado Antônio Aguiar.

Da mesma forma, esta Presidência deseja uma boa estada neste Parlamento.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Gabriel Ribeiro, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO - Sr. presidente, srs. deputados, nossos telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Digital, pessoas que nos acompanham nesta Casa.

Nós hoje ocupamos este espaço, nobre presidente, porque estamos apresentando nesta Casa, no dia de hoje, o Projeto de Lei n. 3167/2015, que dispõe sobre a comercialização e a produção do queijo serrano em Santa Catarina.

O queijo serrano que já faz parte da história e da cultura do povo catarinense é produzido, deputado Gean Loureiro, há mais de 250 anos na serra catarinense.

Foi trazido pelos portugueses açorianos para a nossa região fazendo parte da própria cultura do nosso povo e implementado com a vinda também dos tropeiros.

Este produto artesanal, típico da serra catarinense, deputado Dirceu Dresch, hoje é

produzido à margem da legislação em nosso estado. É um produto muito importante, já que para a economia de Santa Catarina representa uma renda bruta anual de R\$ 21 milhões, segundo estimativa da Epagri e da Cidasc de Santa Catarina.

São mais de dois mil produtores de queijo serrano hoje só na serra catarinense. Representando 50% deles, ou seja, mil produtores rurais, como a principal fonte de renda.

Ocorre que na situação atual em que se encontra, deputado Natalino Lázare, a comercialização desse produto não é permitida em Santa Catarina. O queijo hoje é produzido para o consumo próprio ou a venda dentro dos estabelecimentos. Na verdade, o produtor rural hoje corre um grande risco de ter uma grande perda econômica, se houver uma fiscalização rigorosa dos órgãos competentes do nosso estado.

Diante disso, estamos apresentando este projeto de lei. É um projeto que veio realmente para regulamentar, é um projeto muito denso que foi construído junto com a Associação Catarinense de Produtores de Queijo Serrano, deputado Mario Marcondes, e que realmente vai dar uma nova fonte de renda e, não tenho dúvida nenhuma, que vai fortalecer esta atividade, fazendo com que o homem cada vez mais tenha recursos para permanecer no campo em Santa Catarina.

Este queijo que no Rio Grande do Sul já está regulamentado. É um queijo cru. É um queijo que tem algumas peculiaridades e que realmente é apreciado por todos os visitantes que passam pela serra catarinense.

A intenção do projeto de lei realmente é trazer para Santa Catarina, para o homem do campo do nosso estado a oportunidade de produzir com qualidade, especificidade, com mais tranquilidade e segurança jurídica este produto que faz parte do DNA do povo serrano do nosso estado.

A área de abrangência do queijo serrano compreende 18 municípios, deputado Natalino Lázare, os municípios que fazem parte da Associação dos Municípios da Serra Catarinense, da

Amures. E eu não tenho dúvida nenhuma que vai beneficiar muito as famílias que o produzem.

Só para os telespectadores e o cidadão catarinense terem uma ideia, hoje o queijo serrano representa para os seus produtores, uma renda média em torno de R\$ 11 mil por ano nas condições que ele é produzido. Isto representa mais que um salário mínimo para o pequeno produtor rural na serra catarinense.

Com a regulamentação da atividade, nós poderemos implementar cada vez mais essa renda, a comercialização dele, fazendo com que este produto possa agregar ainda mais valor a produção no nosso interior.

Então, este é o objeto da nossa proposição, hoje, desde Projeto de Lei n. 3.167/2015 que, não tenho dúvida nenhuma, será tratado e tramitado dentro desta Casa, com muito rigor, com muita celeridade, diante da necessidade do pequeno produtor, na serra catarinense, de ver regulamentado este seu produto artesanal.

O Sr. Deputado Natalino Lázare - V.Exa me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO - Pois não!

O Sr. Deputado Natalino Lázare - Sr. presidente, queria cumprimentar o deputado Gabriel Ribeiro pela iniciativa deste projeto de lei.

Gostaria de dizer a v.exa. que é uma honra muito grande ver que está tratando de um assunto tão importante, já que também faz parte da comissão de Agricultura, que aqui tem quórum. O deputado Dirceu Dresch está aqui, juntamente com os deputados Mauro de Nadal e Manoel Mota.

Realmente v.exa. tem razão, nós precisamos regulamentar esta atividade porque na clandestinidade tem esses números. Então, v.exa., tenho certeza, com este projeto de lei, vai fazer com que se evidencie ainda mais essa cultura, essa facilidade que tem não só o homem serrano, mas de todo estado de Santa Catarina em produzir o queijo.

Pode contar com este deputado, eu tenho certeza de que v.exa. pode contar com toda comissão de Agricultura desta Casa para fazer com

que este projeto de lei tramite, tenha sucesso, e sobretudo para que v.exa. consiga fazer um marco importante antes e depois desta lei em favor dos nossos valorosos produtores de queijo.

Parabéns, deputado!

O Sr. Deputado Mario Marcondes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO - Pois não!

O Sr. Deputado Mario Marcondes - Muito obrigado, deputado Gabriel Ribeiro.

Efetivamente essa lei vem ao encontro de uma situação que estamos vivendo aqui na Grande Florianópolis, vinculada aos pescadores artesanais.

Já tivemos aí, recentemente, uma situação extremamente desagradável onde foram feitas buscas e apreensões de pessoas que estão ali. Saem de manhã, pescam, voltam à tarde e vendem aquele peixinho ali na praia.

Tivemos apreensões por falta de nota fiscal, por falta de lugares para armazenamento, exigindo de um pescador artesanal como se fosse uma empresa de pescado.

Então, são situações que hoje estão em debate, como projeto de lei, o que certamente vai evitar que situações dessa natureza possam acontecer lá na frente. Também agora na situação específica da produção de queijo através de agricultores.

Então, quero dizer que certamente isso virá ao encontro de situações que não irão acontecer e se repetir, como se repetiu, como aconteceu agora aqui, na Grande Florianópolis, através dos nossos pescadores artesanais.

Parabéns pela iniciativa, certamente que terá o apoio da Assembleia Legislativa, porque são atitudes desta natureza que certamente virão beneficiar, sim, não só quem produz diretamente, mas aos consumidores do estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO - Deputado Mario Marcondes, eu quero só cumprimentá-lo dizendo que os pequenos produtores de queijo serrano, da serra catarinense, sofrem também com este risco da fiscalização.

Inúmeras situações já foram relatadas para nós, de produtores transitando com o queijo que sofrem a fiscalização e têm o produto apreendido e incinerado, sendo um produto produzido de maneira artesanal e que constitui uma renda familiar para o pequeno produtor.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O O SR. DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentar o eminente deputado Gabriel Ribeiro, que vem da cidade serrana de Lages para prestar um relevante trabalho aqui nesta Casa em defesa do povo. V.Exa. levanta uma questão fundamental, que é o homem do campo, que é o agricultor que passa por dificuldades, mas garantiram a economia desse estado, deste país até agora. Então, um agricultor familiar é uma pessoa sofrida, que precisamos olhar com muito carinho. Eu tenho dito pelos quatro cantos que todo o projeto que for da região serrana e do sul catarinense, que ainda estão em um patamar abaixo das demais regiões, deve ser olhado com mais atenção e ser mais trabalhado para buscar os resultados.

Então, queremos nos colocar à disposição para juntos construir esse caminho do projeto de v.exa. E quero parabenizá-lo, porque v.exa. está defendendo aqueles que garantiram a economia deste estado por muitos anos. Agora, precisamos acolhê-los, para que continuem produzindo a riqueza deste país.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO - Concedo um aparte ao nobre defensor do pequeno produtor catarinense.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Quero parabenizar v.exa. que traz um tema que é de apavorar. Deputado Natalino Lázare, precisamos fazer um amplo trabalho, dialogar com os demais deputados sobre esse tema na comissão de Agricultura. V.Exa. falava que há 250 anos as pessoas se alimentam de um produto, e que agora todos acham que vão morrer com esse alimento.

Isso é uma vergonha, eu estive na França vendo experiências dos produtos tradicionais de cada região. Isso é muito valorizado, ou seja, cada região tem seus produtos, com gosto diferente, com formas diferentes de produzir, mas o estado criou mecanismos para essa produção, para garantir um produto de qualidade, com higiene, mas não criou essa parafernália que nós temos país que inviabiliza essas experiências, porque o agricultor não consegue se adaptar às regras que eles exigem, que é padrão internacional.

Então, nós precisamos resolver isso. Parabéns, vamos à luta, trabalhar incansavelmente para podermos respeitar essa história, essa cultura tão importante que temos na produção de alimentos no nosso estado.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO - Pois não!

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Só para incorporar a pertinente fala, não vamos esquecer que temos também uma taxinha na Fatma para produzir o queijo, que é de apenas R\$ 6.000,00.

O SR. DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO - São situações como esta que temos que estar atentos neste Parlamento. E a comissão de Agricultura, presidida pelo deputado Natalino Lázare, vem realmente sendo bastante atuante neste sentido. A legalização, a regulamentação dessa atividade, não tenho dúvida, vai combater o êxodo rural numa das regiões mais carentes de Santa Catarina, que é a região serrana. Nós temos que fazer deputado Manoel Mota com que o homem permaneça no campo, nós temos que dar subsídio e recursos para que o jovem não saia do campo e vá para a marginalidade nos grandes centros. Esse é um dos grandes desafios do poder público.

Hoje, pela manhã, participamos do Encontro Catarinense de Jovens Empreendedores, na cidade de Lages, com a presença do governador Raimundo Colombo, e com mais de mil jovens trabalhadores vindos de 180 municípios catarinenses, e o tema central é esse desafio de fazermos com que o jovem permaneça no campo.

Não tenho dúvida de que regulamentando, tirando o obstáculo da legislação para o pequeno produtor poder produzir o seu produto artesanal, estaremos facilitando deputado Natalino Lázare que realmente as famílias desses agricultores tenham mais renda, que o produto artesanal tenha a característica típica da sua região. Como é o caso de outros produtos, a goiabinha serrana, a carne do Caminho das Tropas, o doce de gila.

Temos inúmeros produtos no estado que são importantes, pela diversidade social e cultural existente em Santa Catarina. É importante podermos regulamentar e dar mais condições de trabalho ao pequeno produtor. Ele não é um criminoso para ver o produto fruto do seu suor e do seu esforço ser incinerado e apreendido, trazendo-lhe prejuízo. Precisamos trabalhar para romper essas barreiras burocráticas e trazer mais emprego, renda e benefícios para a família do campo em Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Bloco Social Progressista.

(Pausa)

Não há deputados do Bloco Social Progressista que queiram fazer uso da palavra.

Esta Presidência comunica que há sobre a mesa um requerimento para a suspensão desta sessão para a manifestação do prefeito do município de Canoinhas.

Consulto os srs. líderes se podemos antecipar a suspensão da presente sessão.

(Os líderes aquiescem.)

Está suspensa a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - (Faz soar a campainha.) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0240/2015, de procedência governamental, que altera o art. 1º e o Anexo I da Lei n. 15.830,

de 2012, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no montante de R\$ 611.000.000,00 (seiscentos e onze milhões de reais), para atender ao Programa Caminhos do Desenvolvimento.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Apenas para esclarecer que aquele projeto de R\$ 38 milhões que vai para o Fundam.

Quero fazer uma ressalva que nós tivemos acompanhando isso muito de perto, esta Casa aprovou o projeto de R\$ 60 milhões de recursos do BNDES que eram para enchentes destinados à região oeste para combater os efeitos da estiagem, especialmente para a construção das cisternas.

Eu quero fazer o registro que sei de toda a importância, tenho acompanhado a discussão da necessidade dos recursos para o Fundam para completar, deputado Silvio Dreveck, os municípios que ainda estão pendentes. Na minha avaliação o estado cometeu um erro grave, porque assumiu mais recursos do que tinha. Nós, inclusive, acompanhamos de perto todo o desenrolar e percebemos que o estado deixou de investir esses recursos. Não sei ainda - estou encaminhando o pedido de informação hoje - o que aconteceu com esses recursos que ainda não foram aplicados. Houve um problema da não criação do Fundo Estadual, que o ex-secretário de Agricultura insistia em não criar o fundo para repasse de recursos para os agricultores.

Infelizmente, passou o tempo e esse recurso não foi aplicado.

Eu voto favorável pela importância dos recursos para os municípios, mas quero deixar aqui registrado que nós não vamos deixar de cobrar

recursos para que este programa das cisternas seja, de fato, executado.

Não é possível que nós estejamos há quase três anos sem aplicar esses recursos na agricultura familiar. Um grande equívoco, na minha avaliação, da secretaria da Agricultura e da Pesca, de não encaminhar esse recurso, não do atual secretário, mas do anterior, de não aproveitar esses R\$ 60 milhões e, de fato, suprir uma demanda grande na questão da falta de chuva em nossa região em vários momentos que trouxeram grandes prejuízos para a nossa agricultura familiar. Então, eu quero deixar essa ressalva.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Eu quero da mesma forma concordar com o deputado Dirceu Dresch, de que nós aprovamos, nesta Casa, um financiamento do governo federal na ordem de R\$ 500 milhões e depois essa conta não fechou.

Nós aprovamos recentemente uma suplementação de R\$ 50 milhões e, agora, R\$ 38 milhões. E, segundo, o secretário da Casa Civil ainda faltará para chegarmos a um volume pouco maior que R\$ 600 milhões.

Mas, feita essa ressalva, quero aqui fazer uma manifestação no seguinte sentido. Nós temos prefeituras de todas as regiões, de todos os partidos políticos que sequer assinaram o convênio e, portanto, não receberam nenhum centavo.

Então, nós, inclusive, trabalhamos muito e o deputado Silvio Dreveck sabe do nosso empenho, e cada vez que encontrava o governador Raimundo Colombo cobrava dele. E eu quero reafirmar que o Fundam, srs. deputados, precisa ser um programa permanente. Ele veio e veio bem, numa mão da presidenta Dilma com a mão do governador Colombo.

E por que ele é um programa bom? Porque não precisa contrapartida das prefeituras municipais.

Esse é o primeiro referencial positivo. E o segundo é que cada município define no que quer aplicar, não é o governo do estado e nem a União, é a prefeitura que defini. E é claro que o Parlamento pode contribuir nesse sentido.

Então, quero referendar o Fundam, mas quero chamar a atenção para a necessidade de agilizar esse processo, conforme a manifestação, na presença do vice-presidente desta Casa, Aldo Schneider, e do líder do governo, do secretário Nelson Antônio Serpa, que afirmou a nós que até 30 de agosto todas as prefeituras teriam os seus convênios assinados. Todas. Cem por cento. Portanto, quero referendar e dizer mais uma vez que essa iniciativa não pode parar por aí.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, eu quero fazer menção ao projeto e ao que foi dito aqui pelos dois srs. deputados que me antecederam. Talvez a palavra não seja que o governo errou a mão, o governo socorreu no meio do caminho alguns municípios, sobretudo aqueles mais carentes com algumas obras essenciais, eu prefiro analisar por esse prisma.

Em segundo lugar, quero concordar, deputada Luciane Carminatti, que esse projeto foi feito a quatro mãos. O governo do estado em parceria com o governo federal, uma parceria perfeita. E um projeto inédito porque é dinheiro a fundo perdido, é dinheiro bom. Esses recursos foram distribuídos nos municípios proporcionalmente sem olhar a cor partidária ou bandeira partidária, isso que é fundamental, mas com critério técnico proporcional à população de cada município.

Portanto, ainda dezenas de municípios aguardam pela aprovação deste projeto e o que nós vamos fazer com certeza logo em seguida na votação.

Agora, concludo dizendo que me junto à preocupação da deputada Luciane Carminatti e do deputado Dirceu Dresch que nós temos que buscar

outra fonte de financiamento quem sabe ao longo dos meses para repor estes R\$ 38 milhões. Quem sabe para fazer frente ao combate à seca que lamentavelmente todos os anos acontece, principalmente no oeste de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Em primeiro lugar cumprimentar v.exa., que atendeu ao pleito de 100% dos líderes desta Casa, justamente para se colocar em votação este projeto e poder atender de uma forma importante todos os prefeitos de Santa Catarina através do projeto Fundam que muitos, a grande maioria já foi atendida, mas falta agora um pequeno número de municípios e com isso, então, houve esta movimentação dos líderes para que se pudesse votar. Inclusive, pedimos também a aquiescência do presidente da comissão de Tributação e Finanças o deputado Marcos Vieira que também tem o conhecimento que estamos votando este projeto.

E dizer também que este projeto atende todos os municípios e atende uma intenção do governador Raimundo Colombo justamente de fazer este atendimento.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, v.exa. juntamente com o parceiro de Mesa, nos dão a oportunidade de, nesta Casa, falar mentalmente do que fazer um discurso por escrito, senão, pode não acontecer da forma que o autor pretende. Portanto, reconhecendo esta qualidade de v.exas., quero aqui complementar as falas que já me antecederam e que foram esclarecedoras, mas só no questionamento dos recursos principalmente na

construção de cisternas, que na verdade acabou não se viabilizando. Mas não porque o governo não quis, porque não houve interesse a altura do dinheiro disponível. E o BNDES estabelece um prazo para utilizar este dinheiro.

Portanto, é justa a aprovação desta matéria nesta Casa, permitindo que este programa o Fundo de Apoio aos Municípios e que o estado vai ter que retornar este recurso para a União, mas que os municípios que historicamente eu lembro, deputado Leonel Pavan, estão recebendo, pela primeira vez, todos os municípios, sem exceção, recursos a fundo perdido para aplicarem nas obras que bem interessarem.

E de fato há um compromisso do governo de complementar esses recursos com o dinheiro do tesouro na ordem de R\$ 600 milhões. Mas antes disso é necessário que esta Casa delibere para que o governo então possa complementar os recursos faltantes aos municípios. E quero crer que nos próximos dias, deputada Luciane Carminatti, o governo convide os parlamentares para participarem deste ato, dos recursos destinados aos municípios que não foram contemplados e que serão contemplados agora com estes recursos.

Portanto, voto pela aprovação sr. presidente.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Antes de passar a palavra ao deputado Mauro de Nadal quero deixar registrado a compreensão do deputado Marcos Vieira que, mesmo estando com a matéria em tramitação, concordou que hoje nós deliberássemos e pudéssemos votar a matéria. Então, fica aqui o registro do gesto do deputado Marcos Vieira para que pudéssemos hoje votar a matéria.

Com a palavra, pela ordem, o deputado Mauro de Nadal.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Da mesma fala, sr. presidente, dos que me antecederam, eu apenas entendo que a forma com que nós destinamos estes R\$ 60 milhões para fazermos o enfrentamento à estiagem, quem sabe, mereça alguma revisão porque

nós temos inúmeros projetos bons nos municípios que resolvem o problema da estiagem, mas que não tem recurso financeiro e aí, por uma determinação de secretaria, optamos por adquirir estas cisternas através de um processo licitatório para que uma empresa execute nos municípios.

Mas nem todos os municípios entendem que a cisterna é a melhor saída para resolver o problema. Então, muitos deles, não que eles não tiveram tempo hábil para executar, eles não querem fazer a cisterna porque não vai resolver o problema. É recurso público que vai se colocar fora. Então, às vezes, um modelo como aquele que estamos desenvolvendo no interior de Palmitos que com R\$ 2 milhões nós vamos atender basicamente 40% do interior de uma cidade.

Então, são modelos assim que nós precisamos permitir com que os municípios apresentem e o estado repasse o recurso e o município faça a obra, porque o prefeito, o vereador, as lideranças dos municípios sabem o que é preciso ser feito no município para enfrentarmos o problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) -

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Está aprovado por unanimidade.

Consulto os srs. líderes se podemos encerrar a presente sessão para fazer a votação da redação final do projeto lido.

(As lideranças aquiescem.)

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para as 16h15, para darmos prosseguimento à pauta da Ordem do Dia.

Está encerrada a sessão.